

Estudo Técnico Preliminar 40/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 23411.008823/2021-80

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação e higienização, mediante dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos, com vistas a atender às necessidades do Instituto Federal do Paraná – Campus Irati, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.

3. Descrição da necessidade

O Instituto Federal do Paraná, Campus Irati, oferta ensino público, gratuito e de qualidade. Atua na disponibilização de cursos técnicos de nível médio (integrado) e superior, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), especialização e cursos em EAD, buscando articular ensino, pesquisa, extensão, trabalho e práticas sociais.

Para o desenvolver de todas as atividades administrativas e de ensino, há necessidade em dotar o campus com infraestrutura básica, provendo condições mínimas para a formação educacional de seus alunos, dentre elas, a contratação de serviços contínuos de limpeza para a unidade, considerado serviço essencial.

Atualmente o campus possui contrato vigente para a prestação de serviços de limpeza, porém não há interesse em sua renovação. Desta forma, instaura-se novo procedimento licitatório, considerando que os serviços possuem natureza contínua e são essenciais para a conservação das instalações do campus, mantendo as condições de higiene, de habitabilidade e a otimização do espaço físico funcional, visando garantir o bem-estar, a saúde e a segurança dos usuários das instalações. Sua interrupção comprometeria as atividades de ensino e o cumprimento da missão institucional do IFPR.

A referida contratação foi prevista no planejamento orçamentário dessa unidade para o exercício 2021, sendo ainda contemplada no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) bem como no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) 2021.

A forma de execução indireta justifica-se em razão da indisponibilidade de mão de obra no quadro de servidores do IFPR. A Administração Pública Brasileira vem desde a publicação do Decreto-Lei nº 200/1967, estabelecendo diretrizes para a terceirização. O referido decreto dispõe em seu Art. 10:

Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

c) Da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

§ 7º Para melhor desincumbir-se suas tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, **sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato**, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução. (Grifo nosso).

No âmbito do IFPR, a terceirização de serviços é uma técnica de gestão administrativa adotada desde a sua criação, com o propósito de transferir as atividades auxiliares, instrumentais e acessórias por meio da contratação de empresas especializadas, com o intuito de melhor gerir seus recursos, bem como concentrar a atuação de seus servidores no desempenho das atividades finalísticas da instituição.

Dessa forma, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto 9.507/2018 e da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MPDG, opta-se pela contratação de serviços terceirizados, visto tratar-se de atividade acessória. Ademais, os serviços de limpeza encontram-se no rol de atividades elencadas na Portaria nº 443 /2018 MPDG, a qual estabelece os serviços que devem ser preferencialmente objeto de execução indireta.

Por fim, considerando a natureza de uma instituição de ensino, verifica-se que o atendimento da demanda representa atuação essencial para o desenvolvimento rotineiro de suas atividades. Os resultados a serem alcançados refletem a importância fundamental em bem gerir recursos, para que isto se reflita em benefícios à comunidade ao viabilizar a oferta de cursos, a realização de projetos, a execução de pesquisas, convergindo-se em políticas públicas eficazes, que atendam ao interesse público.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	SÍLVIA LETÍCIA TREVISAN

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Para atender a demanda levantada é necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, bem como na administração de mão de obra, sendo indispensáveis os requisitos de aceitação e habilitação dispostos na IN 05/2017 SEGES/MPDG, alinhados com as Leis 10.520/2002 e 8.666/1993, os quais atestem a capacidade administrativa, gerencial, jurídica, financeira e técnica da futura contratada. Da mesma forma, a prestação dos serviços deverá ser realizada por pessoal capacitado, mediante a utilização de materiais e equipamentos adequados, na periodicidade necessária ao funcionamento da unidade. Igualmente, dadas às especificidades da demanda, deverão ser contratados serviços de natureza contínua.

Considerando a natureza continuada dos serviços, os quais devem ser prestados permanentemente, devido à sua essencialidade ao bom funcionamento da instituição, propõe-se a vigência inicial de 20 (vinte) meses, com possibilidade de prorrogação até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplina o Art. 57, II, da Lei 8.666/1993 e desde que sejam atendidos os requisitos necessários para a prorrogação.

Justifica-se a vigência inicial de 20 (vinte) meses, em razão de o objeto possuir caráter essencial para o IFPR Campus Irati, considerando que os serviços a serem contratados referem-se à limpeza de toda a área construída da unidade, mantendo-a em condições de usabilidade e prezando-se pela segurança sanitária da comunidade acadêmica. Ademais, o valor investido pela futura contratada em materiais e equipamentos é dispendioso se considerado apenas 12 meses de contrato; desta forma o prazo de vigência inicial estendido objetiva ainda estimular a competitividade, possibilitando redução no valor homologado, gerando economicidade. Adicionalmente, apontamos também a eficiência processual relacionada à redução no número de prorrogações (caso o contrato se mostre vantajoso) considerando as diversas repactuações e eventuais reajustes, que geralmente ocorrem em datas distintas.

O licitante poderá, de forma facultativa, vistoriar as instalações do campus. Optando ou não pela vistoria, o licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.2 ENQUADRAMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

O enquadramento da categoria profissional que será empregada na execução dos serviços, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

a) Categoria Profissional: Servente de limpeza.

b) CBO: 5143-20.

c) Carga horária: 44h semanais.

d) Escolaridade e experiência: preferencialmente Ensino Fundamental completo e/ou experiência de 06 meses na profissão, comprovada em carteira de trabalho.

e) Competências pessoais: demonstrar profissionalismo, iniciativa, resistência física, paciência, prudência, equilíbrio físico, agilidade, controle emocional, destreza manual. Deve manter postura discreta e estritamente direcionada às atividades do posto, saber trabalhar em equipe, reconhecer limitações pessoais e contornar situações adversas.

Os valores dos salários e benefícios de referência utilizados para estimar os valores desta contratação, consideram a Convenção Coletiva de Trabalho das categorias profissionais abrangidas pela CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023, a seguir especificada:

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000326/2021

DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/02/2021

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR004907/2021

NÚMERO DO PROCESSO: 13068.100653/2021-98

DATA DO PROTOCOLO: 01/02/2021

Conforme já mencionado, a necessidade de contratação é da Categoria Profissional Servente de limpeza, CBO: 5143-20, o que justifica a utilização da CCT acima especificada na elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços da Administração. Com vistas a justificar tal escolha cumpre destacar que, nos termos do art. 581, § 1º, da CLT, o enquadramento sindical patronal se define a partir da atividade preponderante do empregador e, em decorrência dessa categoria econômica (patronal) é que se define a respectiva categoria profissional, representante dos trabalhadores, aplicando-se, no caso, o chamado princípio da simetria.

No Brasil, não vigora a liberdade sindical plena mas sim o princípio da unicidade sindical, segundo o qual a lei impõe a existência de **sindicato único na mesma base territorial para uma mesma categoria** (art. 8º, II, CF), cuja fiscalização incumbe ao Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Súmula 677/STF. Tal circunstância traz como consequência para o empregador a vedação quanto à escolha do sindicato para o qual recolher e destinar as contribuições compulsórias, bem como quanto à entidade com o qual celebrar acordos e/ou convenções.

Isso porque o comando do art. 511, § 2º da CLT, detém efetivamente o conceito de categoria, qual seja: "a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional".

Como a Constituição Federal de 1988 não reconheceu a liberdade sindical ampla com a pluralidade sindical, o Tribunal Superior do Trabalho não reconhece a existência de sindicato concorrente, mesmo que mais específico, na mesma base territorial, devendo ser reconhecido como mais legítimo e representativo aquele com categoria profissional mais larga e abrangente, mais antigo e apto a melhor realizar o critério da unicidade sindical determinado pela Constituição.

Por todas as razões acima declinadas esta Administração adotou como fundamento de sua Planilha de Custos e Formação de Preços a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023 firmada entre a FEACONSPAR (Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Paraná) e os sindicatos de empregados em empresas de asseio e conservação, sendo que o SIEMACO/Ponta Grossa, signatário da mencionada Convenção Coletiva, possui abrangência territorial no município de Irati.

5.3 CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Considerando a força econômica do poder público, as contratações devem ser utilizadas em todas as escalas e alcances para incentivar uma nova cadeia econômica voltada para o desenvolvimento sustentável.

A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, SLTI/MPOG, dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Seu Art. 6º relata critérios a serem exigidos dos contratados:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Também, o Decreto 7.746/2012 regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. O citado decreto em seu Art. 4º elenca critérios e práticas sustentáveis, entre as quais estão:

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Adicionalmente, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis DECOR/CGU/AGU, 4ª edição (agosto/2021) estabelece critérios de sustentabilidade a serem observados em contratações de serviços de limpeza, a saber:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

- b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - g.1) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - g.2) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - g.3) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

O Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação também estabelece diretrizes para a inserção de práticas sustentáveis nas contratações referentes a serviços de limpeza, em seu item "2.4.7 BOAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA".

Desta forma, considerando os citados normativos, as obrigações da contratada relativas à sustentabilidade, deverão contemplar:

- a) Observar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) com o propósito de delimitar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade definidos;
- b) Cumprir a legislação ambiental para a gestão sustentável dos serviços;
- c) Disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços;
- d) Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e às normas de segurança e saúde do trabalho;
- e) Treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos;
- f) Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) aos seus funcionários, observando a legislação que rege a matéria, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços;
- g) Disponibilizar os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, dentro dos prazos e especificações solicitadas, bem como dentro das normas e com os devidos registros nos órgãos competentes, atentando-se aos prazos para troca de itens rejeitados ou que apresentem defeitos durante o seu uso;
- h) Manter materiais e equipamentos sempre em bom estado de funcionamento, evitando danos às pessoas e às instalações hidrossanitárias e elétricas;
- i) Observar as recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, produtos químicos etc.;
- j) Adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização;

k) Racionalizar o consumo de energia elétrica, inclusive com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis;

l) Observar para que os equipamentos de limpeza possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho;

m) Adotar práticas de redução da geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos descartados pela Administração (resíduo orgânico, lixo comum e materiais recicláveis), promovendo a sua correta destinação. Os resíduos sólidos, reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente, para fins de disponibilização à coleta seletiva. Acondicionar materiais recicláveis em sacos de lixo na cor azul e lixo comum em sacos de cor preta, para a diferenciação dos resíduos;

n) Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

o) Utilizar, sempre que possível, embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis;

p) As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA;

q) Apresentar a composição química dos produtos utilizados na prestação dos serviços, quando solicitado pelo Contratante;

r) Não utilizar produtos de limpeza que contenham Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada;

s) Otimizar a utilização de recursos e promover a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

s1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

s2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

s3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

s4) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. Para tanto, a contratada deverá promover a capacitação da equipe de trabalho na área de **Gestão de Resíduos Sólidos (com ênfase em coleta seletiva), redução do consumo de água e de energia elétrica**. A capacitação deverá ter carga horária mínima de 08 (oito) horas, e ser fornecida pela Contratada sem ônus para o IFPR e para os colaboradores, podendo ser na modalidade EAD. O prazo para realização é de até 90 (noventa) dias após o início da execução contratual. A capacitação deverá ser realizada também caso ocorra a substituição de mais de 50% dos colaboradores, quando estes não possuírem o treinamento exigido. A contratada deverá apresentar certificação dos referidos cursos em até 10 dias úteis após a realização. Serão aceitos certificados de capacitação, nas áreas solicitadas, expedidos em até 18 (dezoito) meses anteriores à ocupação do posto no IFPR pelo funcionário;

t) Fazer o reuso de águas pluviais para a limpeza, sempre que possível, visto que o IFPR Campus Irati conta com sistema de captação de água proveniente das chuvas;

u) Desenvolver ou adotar procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais: pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral;

v) Utilizar, preferencialmente, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

6. Levantamento de Mercado

Com o advento da IN 05/2017 SEGES/MPDG, a qual promoveu a alteração das produtividades de referência para os serviços de limpeza, verificou-se que a contratação deste serviço por metragem quadrada e de forma continuada, configura-se na maneira mais eficiente para esta unidade. Também foram analisadas as contratações de outros órgãos públicos para o serviço pretendido, sendo atestada a similaridade da forma de contratação.

Em razão das características de funcionamento da instituição, que atende estudantes, servidores e público externo durante os três turnos (manhã, tarde e noite), é indispensável a prestação continuada dos serviços, de modo que os ambientes estejam sempre limpos e higienizados.

7. Descrição da solução como um todo

A contratação será realizada por meio de licitação, através de pregão eletrônico, a ser operacionalizado pelo Campus Irati, considerando tratar-se de demanda local, tendo toda a descrição do serviço, forma de execução, diretrizes e obrigações da contratante e da contratada, descritas no Termo de Referência, anexo ao Edital da licitação.

A empresa vencedora do certame firmará contrato de prestação dos serviços com o IFPR Campus Irati, com gestão e fiscalização na própria unidade, sendo indicados pela Direção-Geral do Campus, de modo a garantir que os serviços a serem prestados estejam, ao longo da vigência do contrato, em estrita conformidade com as exigências e termos da contratação, garantindo a segurança e eficiência planejada desde a sua fase inicial. Também, a gestão e fiscalização contratual ocorrendo na própria unidade de prestação de serviços propicia agilidade na tomada de decisões e soluções pontuais que possam melhorar o resultado esperado.

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é documento integrante do instrumento convocatório e será utilizado pela gestão e fiscalização do contrato para verificação da qualidade dos serviços prestados de modo tangível e objetivo, estabelecendo as respectivas adequações de pagamento em caso de serviços prestados em desconformidade.

O detalhamento das atividades a serem desempenhadas e dos materiais e equipamentos a serem disponibilizados constarão em tópicos específicos do Termo de Referência, elaborado por esta equipe de planejamento. Serão adotadas rotinas e materiais já utilizados no atual contrato, com algumas alterações, visando o aprimoramento no atendimento das necessidades da unidade. Adicionalmente, as rotinas de limpeza e insumos consideram o atual período pandêmico em suas especificações e quantitativos.

Enquanto regime de execução deverá ser adotada a empreitada por preço unitário, considerando que os valores a serem pagos à futura contratada dependerão de verificação mensal da planilha de custos e formação de preços, com o objetivo de analisar despesas não incidentes ou não comprovadas no respectivo mês, conforme regramento do Termo de Referência.

O futuro contrato adotará ainda a Conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, enquanto mecanismo de controle para eventuais riscos de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, conforme regramento da IN 05/2017 SEGES/MPDG. A adoção deste mecanismo considera que a conta vinculada vem sendo adotada com eficiência no IFPR, que já possui experiência administrativa na sua operacionalização.

7.1 PROCEDIMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS DE CUIDADOS RELACIONADOS À PANDEMIA DA COVID-19

A limpeza tem destaque como importante ferramenta para conter o avanço exponencial do novo coronavírus, mantendo os locais limpos e desinfetados, através do emprego de técnicas corretas aliadas à utilização de produtos e equipamentos adequados. Neste contexto, é imprescindível a orientação constante de todos os profissionais para a prevenção da transmissão de agentes infecciosos.

O treinamento da equipe da limpeza é parte fundamental no processo emergencial de combate a pandemia da Covid-19, devendo a Contratada instruir os colaboradores sobre os procedimentos de limpeza no período pandêmico, observando as diretrizes exaradas pelo Ministério da Saúde, OMS, ANVISA e as recomendações constantes no Protocolo de Cuidados para a prevenção da COVID-19 no IFPR, disponível no link: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/08/protocolo-de-cuidados.pdf>

Desta forma, as equipes deverão proceder à limpeza (procedimentos para remoção de sujidades) e desinfecção (processo de destruição de microrganismos patogênicos na forma vegetativa existente em artigos ou superfícies, mediante a aplicação de solução germicida em uma superfície previamente limpa) em todos os ambientes como medida preventiva, conforme orientações do Comunicado nº 09/2020 da Comissão de Acompanhamento e Controle da Propagação da COVID-19 no IFPR, a ser transcrito no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos a serem contratados estão discriminados no próximo tópico, junto à estimativa do valor da contratação.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 527.573,00

A Instrução Normativa nº 73/2020 do Ministério da Economia, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, recorrendo a respeito dos parâmetros a serem seguidos:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Paineis de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1(um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Para todos os insumos necessários à execução do contrato (materiais, equipamentos, uniformes e EPI's), a realização da pesquisa de preços seguiu os parâmetros I, III e IV acima.

Segundo a IN 05/2017 SEGES/MPDG, os serviços contínuos de limpeza e conservação devem ser contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação. Assim sendo, perde-se o parâmetro para realizar comparações de preços fixados. A referida IN em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), item 2.9, estabelece:

2.9 Estimativa de preços e preços referenciais:

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:

b.1. por meio do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

b.3. previsão de regras claras quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a regras de depreciação de equipamentos a serem utilizados no serviço. (Grifo nosso)

Desta forma, para a composição do valor estimado da licitação, considerando a natureza dos serviços a serem contratados e em atenção às orientações da IN 05/2017 SEGES/MPDG, efetuou-se o preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços da Administração, conforme anexo VII-D do referido documento legal, aplicando-se a legislação pertinente ao serviço a ser contratado, bem como em relação à mão de obra a ser alocada.

Assim, apurou-se o valor mensal estimado em R\$ 26.378,65, e valor total de R\$ 527.573,00 para vinte meses de contratação, conforme detalhamento dos quadros a seguir, bem como detalhamento constante na Planilha de Custos e Formação de Preços da Administração, anexo II do Edital.

QUADRO-RESUMO DOS PREÇOS REFERENCIAIS			
Tipo de Área	Área (m²)	Preço mensal unitário	Subtotal
I – Área Interna	5.624,43	R\$ 4,317616	R\$ 24.284,13
II – Área Externa	2.555,24	R\$ 0,480002	R\$ 1.226,52
III – Esquadria Externa	1.534,59	R\$ 0,447592	R\$ 686,87
IV - Custo Adicional Servente Copeira	-	R\$ 181,13	R\$ 181,13
Valor mensal máximo			R\$ 26.378,65
Valor total máximo para 20 meses de execução			R\$ 527.573,00
Área total a ser contratada			9.714,26m²
Total geral de colaboradores necessários (com arredondamento):			6,0
Posto de servente copeira			1,0
Posto de servente com incidência de insalubridade			1,0
Postos de serventes			4,0

* Os quadros com o detalhamento das áreas internas, externas e esquadrias encontram-se no Termo de Referência, anexo I do Edital.

Cumprir destacar que a IN 49/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, revoga itens da IN 05/2017 SEGES/MPDG que direcionavam a divulgação dos valores referenciais para a contratação de serviços, passando a tratar somente de Cadernos de Logística temáticos. Desta forma os valores desta contratação seguem as especificidades das produtividades e espaços físicos do campus.

Quanto à produtividade diária adotada para cada área física da unidade, no cálculo do preço médio dessa contratação, informa-se que foram observadas as disposições da IN 05/2017 SEGES/MPDG, considerando os limites por ela previstos bem como o nível de esforço necessário para cada área física a ser limpa.

Diante do exposto, comprova-se a diligência dessa Administração no levantamento do valor estimado da pretensa contratação, o qual reflete todos os custos relativos ao contrato, observando o que dispõe a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, Consolidação das Leis do Trabalho, valores de mercado para todos os insumos, depreciação para os equipamentos, além dos demais custos, tributos e reflexos incidentes.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento não se aplica nesta contratação, visto tratar-se da demanda de apenas uma unidade (Campus Irati) e somente um tipo de serviço.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

De maneira complementar ao objeto ora contratado, itens como: papel higiênico, papel toalha e sabonete líquido deverão continuar sendo adquiridos por meio de pregão adicional, integrante do Calendário Institucional de Compras e Licitações do IFPR. Esta estratégia visa atender ao princípio da economicidade, visto que são itens adquiridos em grande escala por todas as unidades do IFPR. Ademais, tais itens estão voltados ao consumo da comunidade acadêmica e não diretamente à limpeza dos ambientes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta contratação foi prevista no planejamento orçamentário desta unidade para o exercício 2021, por ser um serviço essencial, sendo ainda contemplada no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD), bem como no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) 2021.

Outrossim, a pretensa contratação alinha-se ao atual Planejamento Estratégico da instituição ao tratar-se de amparo ao cumprimento da missão, visão, objetivos e metas institucionais. Os serviços de limpeza coadunam-se com as necessidades de todos os eixos estratégicos: Eixo 1 – Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação; Eixo 2 – Relação com a comunidade; Eixo 3 – Gestão e Infraestrutura; Eixo 4 – Gestão de Pessoas; Eixo 5 – Identidade Institucional. As diretrizes, objetivos e metas dispostas no plano vinculam-se às atividades finalísticas e acessórias da instituição, que para serem efetivadas, necessitam de suporte à sua execução.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como benefícios, vislumbra-se a manutenção de condições adequadas de higiene e limpeza, conferindo segurança à permanência de alunos, servidores e público usuário, garantindo a continuidade das atividades da unidade. Beneficiará diretamente 624 discentes; 73 servidores e 09 colaboradores terceirizados, além dos demais membros da comunidade acadêmica indiretamente.

Analisando a natureza de uma instituição de ensino, verifica-se que o atendimento da demanda representa atuação essencial para o desenvolvimento rotineiro de suas atividades. Os resultados a serem alcançados refletem a importância fundamental em bem gerir recursos, para que isto se reflita em benefícios à comunidade ao viabilizar a oferta de cursos, a realização de projetos, a execução de pesquisas, convergindo-se em políticas públicas eficazes.

No que tange aos aspectos de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, a metodologia de contratação segue as disposições da IN 05/2017 SEGES/MPDG analisando e maximizando as produtividades.

O princípio da sustentabilidade também está abarcado pela contratação quando lista um rol de obrigações que deverão ser observadas pela contratada, minimizando os impactos econômicos, sociais e ambientais que possam ser gerados quando da execução dos serviços. Dentre elas, destacamos a correta separação e acondicionamento dos resíduos gerados, tanto comuns como recicláveis, assegurando a destinação apropriada para cada um deles.

14. Providências a serem Adotadas

Não será necessário realizar adequações físicas no campus para os serviços a serem contratados. Ressalta-se ainda que será disponibilizado espaço adequado para a contratada realizar a capacitação de seus colaboradores, caso necessário, conforme preconiza o item 5.3 deste documento.

Em relação à fiscalização e gestão do contrato a ser firmado, o Campus Irati já possui servidores capacitados para atuarem como fiscais e gestores de contrato, dentre eles os integrantes desta Equipe de Planejamento.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando o tipo de serviço a ser contratado, os possíveis impactos ambientais relacionados referem-se ao consumo excessivo de energia, desperdício de água, incorreta destinação de resíduos e utilização de materiais potencialmente poluentes. Desta forma, no intuito de mitigar tais impactos, serão estabelecidas como obrigações da futura contratada o atendimento aos critérios de sustentabilidade especificados neste documento.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no levantamento da demanda, nos aspectos técnicos e orçamentários, nos critérios e soluções apresentadas neste documento, manifestamo-nos pela viabilidade da contratação, por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, do tipo menor preço.

Estudo Técnico Preliminar de caráter não sigiloso - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

17. Responsáveis

Portaria nº 98, de 13 de julho de 2021 – IFPR/Campus Irati

CINTIA SIQUEIRA

Coordenadora da Equipe de Planejamento da Contratação

Portaria nº 98, de 13 de julho de 2021 – IFPR/Campus Irati

JUMARA APARECIDA MENON

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Portaria nº 98, de 13 de julho de 2021 – IFPR/Campus Irati

NILSON DOS SANTOS VIEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Portaria nº 98, de 13 de julho de 2021 – IFPR/Campus Irati

SÍLVIA LETÍCIA TREVISAN

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação